



Demonstrações Contábeis

Monte Pascoal Holding S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente





Monte Pascoal Holding S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Monte Pascoal Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Pascoal Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles

internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade



Building a better
working world

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.327	-	26.627	-
Contas a receber de clientes	5	-	-	8.277	-
Tributos a recuperar		95	-	104	-
Adiantamentos diversos	6	-	-	1.317	-
Total do Ativo Circulante		3.422	-	36.325	-
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	13.814	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	808	-
Direito de uso	8	-	-	10.291	-
Investimentos	9	273.932	-	-	-
Imobilizado	10	-	-	286.880	-
Intangíveis	11	-	-	104	-
Ativo fiscal diferido		-	-	453	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	-	382	-
Total do Ativo Não Circulante		273.932	-	312.732	-
Total do Ativo		277.354	-	349.057	-
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	3	-	3.812	-
Impostos corrente a pagar		4	-	513	-
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	6	-
Contas a pagar	13	-	-	2.716	-
Empréstimos	14	-	-	11.931	-
Contrato de mútuo - parte relacionada		82	-	82	-
Obrigações por arrendamentos	8	-	-	511	-
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		-	-	492	-
Total Passivo Circulante		89	-	20.063	-
Não Circulante					
Contas a pagar	13	-	-	10.206	-
Empréstimos	14	152.000	-	181.829	-
Obrigações por arrendamentos	8	-	-	11.694	-
Total Passivo Não Circulante		152.000	-	203.729	-
Patrimônio Líquido					
Capital social	16	124.468	-	124.468	-
Reserva legal	16	140	-	140	-
Reserva de lucros	16	657	-	657	-
Total Patrimônio Líquido		125.265	-	125.265	-
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		277.354	-	277.354	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado do exercício
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidada	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	-	-	42.652	-
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	-	-	(7.113)	-
Resultado operacional bruto		-	-	35.539	-
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	19	(805)	-	(4.271)	-
Amortização do ágio		(5.479)	-	(5.479)	-
Participação de equivalência patrimonial	9	26.450	-	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		20.166	-	25.789	-
Despesas financeiras	20	(17.837)	-	(24.486)	-
Receitas financeiras	20	468	-	4.025	-
Resultado financeiro líquido		(17.369)	-	(20.461)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.797	-	5.328	-
Contribuição social		-	-	(689)	-
Imposto de renda		-	-	(1.556)	-
Contribuição social diferida		-	-	(100)	-
Imposto de renda diferido		-	-	(186)	-
Resultado líquido do exercício		2.797	-	2.797	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	2.797	-	2.797	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício	2.797	-	2.797	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 dezembro 2021	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	124.468	-	-	-	124.468
Resultado do exercício	-	-	-	2.797	2.797
Constituição de reservas	-	1.992	140	(2.132)	-
Dividendos pagos	-	(1.335)	-	-	(1.335)
Dividendos propostos	-	-	-	(665)	(665)
Saldo em 31 dezembro 2022	124.468	657	140	-	125.265

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	2.797	-	5.328	-
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>				
Depreciação / Amortização	-	-	4.249	-
Juros sobre empréstimos concedidos - partes relacionadas	-	-	(22)	-
Juros sobre empréstimos tomados	13.300	-	15.333	-
Juros - outros	-	-	995	-
Tributos diferidos	-	-	660	-
Amortização da mais valia/ágio	5.479	-	5.479	-
Equivalência Patrimonial	(26.450)	-	-	-
Rendimento sobre aplicação financeira	(491)	-	(4.013)	-
	(5.365)	-	28.009	-
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.200)	-
Estoques	-	-	152	-
Depósitos judiciais	-	-	354	-
Adiantamentos	-	-	(53)	-
Despesas antecipadas	-	-	85	-
Tributos a recuperar	(95)	-	(1.029)	-
Ativo fiscal diferido	-	-	(320)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	3	-	7.204	-
Contas a pagar	-	-	(14.254)	-
Impostos correntes a pagar	4	-	371	-
Contas a pagar - parte relacionada	-	-	(554)	-
Obrigações Trabalhistas e Sociais	-	-	2	-
Obrigações por arrendamentos	-	-	(1.669)	-
Outros passivos	-	-	(526)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(922)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(5.453)	-	13.650	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	124.468	-	124.468	-
Aquisição de controlada	(281.961)	-	(281.961)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(18)	-
Compras de ativos intangíveis	-	-	(106)	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	(1.492)	-
Aplicações financeiras e recursos financeiros	491	-	4.013	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(157.002)	-	(155.096)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Recursos provenientes de empréstimos	316.000	-	316.000	-
Pagamento de empréstimos	(164.000)	-	(166.503)	-
Juros pagos de empréstimos	(13.300)	-	(19.790)	-
Recursos provenientes de empréstimos - partes relacionadas	220	-	220	-
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(138)	-	(138)	-
Dividendos pagos	(2.000)	-	(2.000)	-
Dividendos recebidos	29.000	-	-	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	165.782	-	127.789	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.327	-	(13.657)	-
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	-	-
Caixa na aquisição de investimentos	-	-	40.284	-
No final do exercício	3.327	-	26.627	-
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.327	-	(13.657)	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Monte Pascoal Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

A Monte Pascoal Holding S.A foi constituída em novembro de 2021 com capital social inicial de R\$150,00. Em 07 de janeiro de 2022, a Companhia emitiu notas promissórias no valor total de R\$164.000 custeadas junto à Itaú Corretora de Valores S.A que foram destinadas integralmente para o pagamento de parte do preço de aquisição de 100% das ações de emissão da Enerbrás Centrais Elétricas.

Em 09 de dezembro de 2022, houve a emissão de 124.467.696 novas ações ordinárias, subscritos pela V2i Energia, aumentando assim o capital da companhia para R\$124.468.

Em 22 de dezembro de 2022, foram emitidas 25.999.530 ações preferenciais, tendo como investidor o banco Itaú Unibanco S.A..

1.1. Informações sobre as controladas

Energética Serra da Prata S/A

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra” ou “Companhia”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada.

A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra vende toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da concessão da Espra é de 30 anos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Alienação das ações da Enerbras – UPI Enerbas

Em 17 de setembro de 2021, o Conselho de Administração da controladora indireta Renova Energia aprovou a aceitação da proposta vinculante apresentada pelo Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Vinci Energia”) por meio de sua investida V2I Energia S.A. (“V2I Energia”), tendo como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda, para a aquisição da totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da controladora Enerbras, pelo valor de R\$265.800, na condição de primeiro proponente (Stalking Horse). O valor ofertado é maior que o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Em 24 de novembro de 2021, o processo competitivo da UPI Enerbras foi homologado pelo Juiz 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, onde tramita o Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova, declarando como vencedora a Vinci Energia por meio de sua controlada V2I Energia, pelo valor de R\$265.800, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão.

A Companhia é subsidiária integral da Enerbras, que em junho de 2022 após o processo de reorganização societária, passa a ser controlada pelo Grupo V2I Energia S.A. A V2I Energia S.A. adquiriu as PCH’s do grupo Renova Energia e assumiu 100% da operação dos ativos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.3. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
 Em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de reais)

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à

Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Provisão de custos ambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 11.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.8. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

estatuto de 25% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.9. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.13. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.14. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Banco	-	-	543	-
Aplicação financeira (i)	3.327	-	26.084	-
Total	3.327	-	26.627	-

- (i) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos, não exclusivo, que teve no ano de 2022, a remuneração média referenciada ao CDI de 90%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Consolidada: A taxa de remuneração da aplicação é de 96,81% do CDI. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Eletronbras (i)	-	-	8.277	-
Total	-	-	8.277	-

- (i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Eletronbras, recebido mensalmente.

6. Adiantamento

A composição de contas a receber de clientes é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Semi Industrial Ltda	-	-	30	-
Hidráulica Industrial – Industria e Comercio Ltda	-	-	156	-
Semi Engenharia de Sistemas Ltda	-	-	1.107	-
Outros	-	-	24	-
Total	-	-	1.317	-

7. Títulos valores mobiliários

A composição de depósitos judiciais e cauções é como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira – conta BNB (i)	-	-	13.814	-
Total	-	-	13.814	-

- (i) Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98% de CDI, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

8. Arrendamento e Direito de uso

Composição e movimentação dos saldos:

(a) Consolidado:

	Saldo em 31/12/2021	Aquisição ESPRA	Depreciação	Remensuração dos contratos	Pagamento	Saldo em 31/12/2022
Direito de uso (a)	-	9.605	(1.030)	1.716	-	10.291
	Saldo em 31/12/2021	Aquisição ESPRA	Juros	Remensuração dos contratos	Pagamento	Saldo em 31/12/2022
Obrigações por arrendamentos (b)	-	(10.921)	(1.659)	(1.716)	2.091	(12.205)
Total	-	(1.316)	(2.689)	-	2.091	(1.914)
Total circulante (b)						511
Total não circulante (b)						11.694

(a) Referem-se há 14 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).

(b) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso.

Os arrendamentos têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2022
2023	511
2024	586
2025	670
2026 a 2033	10.438
	12.205

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

9. Investimentos

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento:

a) Controladora

	<u>Enerbras</u>
Investimento em 31/12/2021	-
Investimento em 31/12/2022	273.932

Movimentação do Investimento:

a) Controladora

	<u>Movimentação</u>	<u>Enerbras</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021		-
Aquisição de controlada		117.590
Mais valia na aquisição de investimento		164.371
Adiantamento de dividendos		(29.000)
Equivalência patrimonial		26.450
Subtotal		279.411
Amortização da mais valia		5.479
Saldo em 31 de dezembro de 2022		273.932

No primeiro semestre de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da participação na companhia Enerbras Centrais Eletricas S.A e indiretamente a companhia Energica Serra da Prata S.A.. Seguindo a orientação do CPC 15 (R1), a Administração optou pelo teste de concentração do valor justo e concluiu que todo o valor dos ativos brutos adquiridos está concentrado, substancialmente, em um único ativo identificável. Desta forma, a Administração concluiu que a aquisição da Companhia não é um negócio e, portanto, nenhuma avaliação adicional é necessária.

<u>Data da aquisição</u>	<u>Enerbras</u>
	06/06/2022
Valor Pago	281.961
Participação adquirida	100%
Valor contábil na aquisição	117.590
Mais valia	164.371

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

Composição e movimentação dos saldos

a) Consolidada

	Taxa de depreciação	31/12/2021	Aquisição ESPRA	Adição	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Terrenos	0,00%	-	595	-	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2,42%	-	65.684	-	-	(2.235)	63.449
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,36%	-	29.380	-	-	(1.262)	28.118
Máquinas e equipamentos	4,01%	-	37.804	14	-	(2.015)	35.803
Móveis e utensílios	9,94%	-	8	-	-	(3)	5
Equipamentos de informática	12,54%	-	-	18	-	-	18
Almoxarifado – Em curso	0,00%	-	155	-	(155)	-	-
Mais Valia (i)		-	-	164.371	-	(5.479)	158.892
Total		-	133.625	164.403	(155)	(10.994)	286.880

(i) Refere-se a valores de Mais Valia no ato da aquisição da companhia Enerbras Centrais Elétricas S.A conforme teste de concentração do PPA vide nota 9.

As imobilizações estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A administração da controlada analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da controlada, após análise interna da administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Intangível

Composição do intangível é como segue:

a) Consolidada

	Aquisição de Investimento	Aquisição	Depreciação	31/12/2022
Software	-	106	(2)	104

12. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ernst & Young Auditores Independents	-	-	32	-
Dutra Lacerda Consultoria	-	-	100	-
Edio Xavier Lacerda	-	-	28	-
Golder Associates Brasil Consultoria e Projetos	-	-	22	-
Holanda engenharia Ltda	-	-	75	-
Laureano & Meirelles Engenharia	-	-	20	-
Lucy Maria	-	-	41	-
Luiz Carlos Ribeiro	-	-	1.648	-
Manoel Julio	-	-	49	-
Opertec Engenharia Ltda	-	-	88	-
Semi Engenharia de Sistemas	-	-	260	-
Steag Energy Services do Brasil	-	-	86	-
Weg Turbinas	-	-	74	-
Provisão de custos ambientais (i)	-	-	1.014	-
Diversos	3	-	273	-
Total	3	-	3.812	-

A Companhia mantém registrado em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado na norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante os órgãos reguladores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

13. Contas a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Eletrobras (i)	-	-	12.412	-
Outros	-	-	510	-
Total	-	-	12.922	-
Total circulante			2.716	
Total não circulante			10.206	

- (i) O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o Governo sancionou a Lei 13.203/2015 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do Mecanismo de Relocação de Energia ("MRE"), com efeito iniciando em 2015.

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico em 15 de janeiro de 2016, para PHC Colino I, Cachoeira da Lixa e em 20 de dezembro de 2017 para a PCH Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 13,01 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa de 15,35 R\$/MWh para Colino II (data base de janeiro de 2021 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da autorização, dos dois o menor.

O montante da exposição ao contrato repactuado referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi reconhecido como despesa paga antecipadamente e foi apropriado ao resultado "Repactuação do risco hidrológico" até junho de 2020. Em julho de 2020, a Eletrobras informou à Companhia que o prêmio seria efetivado mediante desconto no primeiro pagamento do faturamento mensal das usinas da Controlada, no próprio mês de sua realização. No exercício de 2022, foi reconhecido no resultado o montante de R\$2.450 (R\$2.232 em 2021), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação.

- (ii) Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.418. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores atuados junto à Receita Federal do Brasil para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

14. Empréstimos

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

a) Controladora

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
APR Itaú (a)	152.000	-	16/04/2029	Mensal	CDI+1%
Total	152.000	-			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Aquisição	31/12/2022
APR Itaú (a)	-	152.000	152.000
Total	-	152.000	152.000

- a. Em 23 de dezembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis subscritos pelo Itaú Unibanco S/A, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos no montante total de R\$152.000 remunerados à taxa CDI. O prazo de resgate é até 30 de abril de 2029, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 25.999.530. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante. Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos, que correspondem a juros nas demonstrações contábeis representativos da variação de CDI + 1%..

O financiamento tem seu vencimento assim programado:

	31/12/2022
2023	-
2024	8.740
2025	20.292
2026 a 2029	122.968
	152.000

b) Consolidada

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	38.943	-	30/06/2026	Mensal	12%
Juros	2.817	-			
APR Itaú	152.000	-	16/04/2029	Mensal	IPCA+1%
Total	193.760	-			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

	Aquisição de Investimento	Aquisição empréstimo	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2022
Financiamento BNB (i)	53.691	-	3.656	(11.127)	(4.461)	41.760
APR Itaú	-	152.000	-	-	-	152.000
Total	53.691	152.000	3.656	(11.127)	(4.461)	193.760
Total circulante	11.942					11.931
Total não circulante	41.749					181.829

- (i) Controlada Espra: Em 2006, a Companhia captou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, o financiamento possui taxa de juros de 12% a.a. (podendo ser reduzido a 10,20% devido 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho 2026.

Os financiamentos tem seu vencimento assim programado:

	Consolidada
	31/12/2022
2023	11.931
2024	20.671
2025	32.223
2026 a 2029	128.935
	193.760

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2022, os referidos índices foram cumpridos.

15. Provisão contingente

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Companhia não reconhece nenhuma contingência em 31 de dezembro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 150, e está representado por 150 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia, distribuídas da seguinte forma.

Conforme comentado na Nota 1, a Companhia foi constituída em 3 de novembro de 2021 mediante a integralização em caixa, do montante de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), pelo seu acionista V2i Energia S.A.

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 124.468, com a consequente emissão 124.468 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data pela acionista V2I Energia S.A.

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ reais	% do capital social
V2I Energia S.A.	124.468.000	124.468	100%	150	150,00	100%
	124.468.000	124.468	100%	150	150,00	100%

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.797	-
Reserva legal 5%	(140)	-
Reserva legal anos anteriores	-	-
Reserva legal do ano	140	-
Total	140	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	2.797	-
(-) Reserva legal 5%	(140)	-
Base para dividendos	2.657	-
Alíquota	25%	-
Dividendos propostos	665	-

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	2.797	-
Reserva legal 5%	(140)	-
Dividendos propostos	(665)	-
Reserva de lucros	1.992	-

Movimentação da reserva de lucros

Saldo inicial	-	-
Constituição da reserva de lucro	1.992	-
Dividendos intercalares	(1.335)	-
Total	657	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	2.797	-
Lucro por ação	0,0225	-

17. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita geração hidrelétrica	-	-	44.260	-
PIS	-	-	(226)	-
PIS diferido	-	-	(60)	-
COFINS	-	-	(1.043)	-
COFINS diferido	-	-	(279)	-
Total	-	-	42.652	-

18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo com serviços tomados	-	-	(299)	-
Custo com depreciação e amortização	-	-	(3.843)	-
Custo com suprimento de energia elétrica	-	-	(1.844)	-
Custo com taxas	-	-	(286)	-
Custo com seguros	-	-	(85)	-
Custo com licença e estudos ambientais	-	-	(95)	-
Demais custos	-	-	(661)	-
Total	-	-	(7.113)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

19. Outras despesas e receitas e despesas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	-	-	(20)	-
Serviços de terceiros tomados	(635)	-	(3.688)	-
Outras despesas operacionais	(170)	-	(563)	-
Total	(805)	-	(4.271)	-

20. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros e variações monetárias	(14.051)	-	(17.079)	-
IOF, comissões e taxa	(3.786)	-	(3.793)	-
Multa e acréscimos moratórios	-	-	(102)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(3.512)	-
Despesas financeiras	(17.837)	-	(24.486)	-
Receita com aplicação financeira	491	-	4.013	-
Outras receitas	-	-	38	-
Impostos sobre receitas financeiras	(23)	-	(26)	-
Receita financeira	468	-	4.025	-
Resultado financeiro, líquido	(17.369)	-	(20.461)	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Controladora		Consolidada		
	Nível	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.327	-	26.627	-
Títulos valores mobiliários	2	-	-	13.814	-
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	2	-	-	8.277	-
Passivo mensurados pelo custo amortizado	Nível	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	2	152.000	-	193.760	-
Fornecedores	2	3	-	3.812	-

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

21.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e sua controlada a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - Eletrobras via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e sua Controlada a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

22. Seguros

a) Controlada Espra

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramos	Importâncias seguradas	Apólice	Vigência
Riscos Operacionais (i)	74,6	Fairfax	24/11/2022 a 24/11/2023
Responsabilidade Civil (ii)	60	Chubb	25/11/2022 a 25/11/2023

- (i) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$74,6 milhões e um prêmio anual no valor de R\$600.340
- (ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 60 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 35.770.

23. Eventos subsequentes

A Companhia não reconhece nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações contábil.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas --Continuação
Em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

* * *

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9